

## Avaliação de programas de prevenção do abuso de drogas. Resultados de três décadas de investigação

Jorge Negreiros de Carvalho

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Resumo. – Examinam-se, neste artigo, os desenvolvimentos na metodologia de avaliação mais significativos ocorridos no domínio da prevenção do abuso do álcool e drogas no decurso dos últimas três décadas. A análise da evolução registada neste domínio aponta para uma progressiva sofisticação dos procedimentos metodológicos utilizados para avaliar os programas de prevenção na área do álcool e outras drogas. Algumas vias possíveis de evolução da investigação avaliativa nos anos 90, nomeadamente, a necessidade de a avaliação ser conduzida tendo por base uma teoria sobre a iniciação ao uso de drogas e de se combinarem métodos quantitativos e qualitativos, são, finalmente, apresentadas.

É relativamente recente a preocupação em determinar os efeitos das estratégias de prevenção de abuso de álcool e drogas e de, simultaneamente, ver aumentada a sua eficácia. Com efeito, só em finais dos anos 60, início dos anos 70, começa a delinear-se, dum modo mais claro, um discurso orien-

tado para a análise das metodologias de avaliação dos programas de prevenção. Esta tendência manifesta-se em numerosos estudos efectuados nos anos 70 (Goodstadt, 1974; Berberian *et al.*, 1976; Wepner, 1979) e 80 (Hansen, 1980; Shaps *et al.*, 1981; Braucht e Braucht, 1984; Beauchesne, 1986), prolongando-se, naturalmente, pelos anos 90 (Bagnal, 1990; Felner *et al.*, 1991; Logan, 1991; Health and Welfare Canada, 1992).

Dir-se-ia que são as pesquisas sobre a avaliação da eficácia dos programas de prevenção que fazem emergir um certo número de problemas metodológicos relacionados com certos factores considerados como podendo interferir com a determinação da sua maior ou menor eficácia.

Neste artigo, examinam-se os desenvolvimentos metodológicos mais significativos ocorridos no domínio da avaliação de programas de prevenção do abuso do álcool e drogas. Por razões de clareza de exposição, tomaremos como referência três períodos distintos: anos 70; anos 80; e; perspectivas para os anos 90.

### 1. Os anos 70.

Esta década marca a introdução da análise de diversas questões metodológicas no domínio da prevenção do abuso de drogas. Até então, e devido, essencialmente, ao carácter acientífico das intervenções preventivas nesta área, centradas exclusivamente na transmissão de conhecimentos sobre as substâncias, são praticamente inexistentes quaisquer tentativas de exame das li-

mitações metodológicas dos planos de investigação utilizados para avaliar os programas de prevenção do abuso do álcool e das drogas. É também neste período que se configuram posições fortemente críticas em relação às estratégias tradicionais, baseadas na transmissão de informações sobre drogas consideradas como podendo potenciar os efeitos que supostamente deveriam inibir ou reduzir (Swisher *et al.*, 1972; Stuart, 1974; Morgan e Hayward, 1976).

Deste modo, o discurso científico orientado para a análise de questões metodológicas gerais colocadas em torno da avaliação dos efeitos das estratégias preventivas surge, historicamente, na sequência de estudos teóricos e empíricos visando desqualificar as estratégias informativas tradicionais (Negreiros-Carvalho, 1991). É, pois, só nos anos 70 que se subordina a eficácia dos programas preventivos à qualidade dos dados de avaliação referentes às intervenções preventivas e ao preenchimento de certos requisitos metodológicos básicos.

O estabelecimento de conclusões definitivas acerca da eficácia da educação sobre drogas implicaria, deste modo, a superação de importantes dificuldades metodológicas que afectariam o *design* das investigações realizadas neste domínio. Não surpreende, deste modo, que diversas revisões avaliativas da literatura sobre prevenção neste domínio tenham procurado identificar essas limitações metodológicas, avançando, simultaneamente, recomendações específicas com o objectivo de as ultrapassar.

Goodstadt (1974), por exemplo, ao analisar os resultados de vinte estudos

publicados no início dos anos 70, verifica a existência de um conjunto de problemas metodológicos comuns à maioria dessa literatura, entre os quais avultava a não-inclusão de procedimentos de avaliação destinados a medir os efeitos de tais intervenções preventivas. Nos estudos que incluíam esses procedimentos, os problemas mais comuns referiam-se, fundamentalmente: 1) à ausência de um grupo de controlo adequado; 2) a problemas relacionados com a mortalidade diferencial nos grupos de controlo e experimental; 3) e a uma possível contaminação dos grupos de controlo resultante do conhecimento do programa preventivo. Outra fonte de erro decorria da não-validação das medidas de auto-relato utilizadas para testar os efeitos das estratégias preventivas. De acordo com o autor, nenhum estudo estaria isento desta limitação.

Similarmente, Berberian *et al.* (1976) descrevem problemas metodológicos similares ao proceder a uma análise da eficácia de vinte e sete programas de educação sobre drogas. Oito desses estudos, foram descritos como «avaliações subjectivas», isto é, baseadas em opiniões de «especialistas» e/ou nas crenças dos indivíduos acerca da eficácia dos programas preventivos. Um segundo grupo incluía sete estudos que apresentavam «algum grau de rigor científico» (Berberian *et al.*, 1976; p. 380), embora estivessem focalizados na avaliação de «objectivos intermédios», isto é, factores que se presume poderem estar associados ao uso de drogas, como ocorreria, por exemplo, nas investigações destinadas a avaliar o impacto dos programas de prevenção ao nível das atitudes e conheci-

mentos sobre essas substâncias. Estes estudos apresentavam diversas limitações, estando as mais sérias relacionadas quer com a não utilização de pré-testes, quer com a não-inclusão de grupos de controlo.

Finalmente, um terceiro grupo incluía doze estudos que avaliavam o impacto dos programas ao nível dos «objectivos últimos», investigando, assim, em que medida as intervenções preventivas influenciavam os níveis de consumo actual de álcool e drogas. Cinco desses estudos apresentariam planos de investigação mais robustos.

Refira-se por último que, dos vinte e sete programas analisados, treze não produziram quaisquer efeitos positivos, enquanto onze indicaram mudanças favoráveis (tomando como critério de «sucesso» quer a sua «popularidade» e as alterações nas atitudes e níveis de consumo de drogas que ocorreram após a sua aplicação). No entanto, só os cinco estudos que apresentavam planos de investigação mais robustos permitiriam, na opinião dos autores, efectuar inferências válidas acerca do impacto destas estratégias. Duas dessas investigações não identificaram diferenças entre as «abordagens tradicionais» e as «abordagens não tradicionais», enquanto dois outros estudos, ambos baseados em estratégias não tradicionais, parecem ter evidenciado algum «sucesso». O terceiro estudo que recorreu a uma «abordagem tradicional» não produziu quaisquer efeitos nas atitudes e/ou comportamentos relacionados com o uso de álcool e drogas.

Evidenciando preocupações idênticas, Bry (1978) analisa detalhadamente as principais características metodológi-

cas de sete estudos de avaliação conduzidos entre 1971 e 1977. As deficiências metodológicas identificadas nesses estudos reportavam-se essencialmente a: 1) reduzida intensidade das intervenções (programas oscilando entre duas sessões de uma hora e/ou uma sessão de três horas); 2) selecção «artificial» dos grupos, que se exprime numa selecção aleatória de sujeitos, em vez de turmas intactas; 3) não-inclusão nos programas preventivos dos sujeitos que apresentavam índices elevados de absentismo escolar; 4) ausência de grupos de controlo; 5) ausência de medidas sobre o uso de álcool e/ou drogas; 6) inexistência de uma avaliação *follow-up*.

A análise das limitações metodológicas deste grupo restrito de estudos permitiu identificar cinco características essenciais que, na opinião da autora deveriam estar presentes nos estudos de avaliação a realizar futuramente: 1) procedimentos de amostragem que possibilitassem uma análise dos efeitos das estratégias preventivas junto de estudantes em «alto risco»; 2) um período de avaliação *follow-up* superior a dois anos (o qual permitiria uma clara «expressão» dos efeitos comportamentais resultantes da aplicação do programa preventivo); 3) selecção aleatória das turmas para as condições experimental e de controlo; 4) análise dos efeitos do programa em «ambientes naturais» (i.e., a intervenção preventiva deverá ser «institucionalizada» no sistema escolar, em vez de ser desenvolvida unicamente no âmbito de uma investigação); 5) recurso crescente a entrevistas como técnica de obtenção de informações relativas ao consumo de drogas, bem

como a outras medidas cuja validade e fidelidade tenha sido empiricamente estabelecida.

Em 1979, Evans *et al.* efectuam uma revisão das principais dificuldades metodológicas presentes nos procedimentos de avaliação dos programas de prevenção do uso do tabaco, o que permitiu concluir que a maioria das investigações não obedecia a requisitos metodológicos básicos. Os problemas metodológicos mais sérios diziam respeito a: 1) técnicas de amostragem; 2) medidas; 3) análise dos dados; 4) «perspectiva de tempo»; 5) e grupos de controlo.

Embora os autores reconheçam que em investigações conduzidas em «ambientes naturais» se torna por vezes difícil proceder a uma selecção aleatória dos sujeitos para os grupos de controlo e experimental, uma atenção particular deveria, no entanto, ser dedicada às técnicas de selecção da amostra, as quais deveriam ser claramente especificadas, e descritas as características da amostra utilizada. No que se refere às medidas, o principal problema residiria no recurso generalizado a medidas de auto-relato. De acordo com os autores, tais medidas prestar-se-iam a uma variedade potencial de distorções, a mais importante das quais resultaria de um efeito de aquiescência ou de «expectância interpessoal», que faria com que os sujeitos só referissem «o que o experimentador gostaria de ouvir, quer isso fosse ou não reflexo verdadeiro do seu comportamento actual» (Evans *et al.*, 1979a, p. 206). A não utilização de um grupo de controlo representaria outra limitação metodológica importante, já que seria difícil, nesta situação, exercer um ver-

dadeiro controlo sobre todas as variáveis de uma determinada investigação, tornando, conseqüentemente, problemático atribuir, sem ambiguidades, à intervenção preventiva eventuais mudanças que possam ter ocorrido como resultado da sua aplicação.

A utilização de técnicas estatísticas adequadas e a inclusão de uma avaliação *follow-up* – na ausência da qual o impacto de qualquer estratégia preventiva permaneceria duvidoso – constituiriam ainda aspectos de importância vital, a observar nos estudos de avaliação futuros a realizar nesta área.

## 2. A década de 80.

Nos anos 80, o binómio avaliação/eficácia assume uma importância ainda maior. Multiplicam-se os estudos sobre os efeitos das intervenções preventivas, visando identificar limitações e problemas de cariz metodológico, aperfeiçoar a qualidade dos dados de avaliação dos efeitos dessas estratégias. Esses trabalhos assumiram, igualmente, a forma de revisões de estudos de avaliação efectuados na área da prevenção relativa ao álcool e drogas.

Em 1980, são publicados três desses estudos (Goodstadt, 1980; Hanson, 1980; Kinder *et al.*, 1980), os quais referem, globalmente, conclusões idênticas ou compatíveis às enunciadas pelas análises iniciais relativas aos conhecimentos acumulados neste domínio e à qualidade dos procedimentos de avaliação.

O trabalho de Goodstadt (1980) focalizou quinze estudos que relatavam efeitos negativos. Considerando os

estudos que apresentavam planos de investigação mais «robustos», Goodstadt verificou que os resultados negativos presentes nos diferentes estudos estavam igualmente associados a resultados positivos no mesmo estudo, assumindo a forma de: 1) resultados negativos para um determinado subgrupo e resultados positivos para outro subgrupo no que se refere à mesma variável dependente, ou 2) resultados negativos ao nível de uma determinada variável dependente e resultados positivos ao nível de outras variáveis. A maioria destes últimos resultados «mistos» envolvia efeitos positivos sobre os conhecimentos acerca das drogas e efeitos negativos nas atitudes e/ou comportamentos.

No que se refere à qualidade da investigação destes estudos de avaliação, Goodstadt enumera algumas deficiências mais notórias, nomeadamente: 1) ausência de uma avaliação *follow-up*; 2) fraca intensidade/qualidade dos programas; 3) não-especificação dos procedimentos destinados a estabelecer empiricamente a validade e fidedignidade das medidas utilizadas; 4) taxas de «mortalidade» elevadas nas amostras.

Kinder *et al.* (1980) analisaram oito estudos que integravam métodos de avaliação dos efeitos de programas de educação sobre drogas junto de adolescentes, bem como dez estudos adicionais que utilizaram populações adultas. Tendo em consideração os problemas metodológicos inerentes à maioria dos estudos que examinaram, estes autores sugerem quatro critérios metodológicos básicos para projectos de investigação futuros: 1) inclusão de uma descrição pormenorizada quer

das características dos sujeitos que participaram nos programas preventivos quer dos «métodos educativos» (p. 1054); 2) recurso a procedimentos experimentais geralmente aceites e a técnicas estatísticas adequadas; 3) avaliação dos «comportamentos de uso de drogas» em múltiplos pontos no tempo, a par de uma avaliação dos conhecimentos, atitudes e outras variáveis «intermediárias»; 4) desenvolvimento de instrumentos «psicometricamente adequados» destinados a medir as atitudes, comportamentos e conhecimentos sobre álcool e drogas. Tomando como referência uma vasta literatura focalizada na avaliação de programas de prevenção, Hanson (1980) conclui que, embora seja relativamente fácil aumentar os conhecimentos sobre o álcool e/ou drogas, é mais difícil operar modificações nas atitudes. Na análise que efectuou, Hanson reconhece que a maioria dos estudos refere mudanças mais acentuadas nos níveis de informação acerca das drogas, as quais não são, de modo geral, acompanhadas por modificações nas atitudes. Segundo ele, embora um número muito limitado de estudos tenha produzido reduções no consumo de álcool e drogas e uma porção igualmente limitada tenha originado um aumento do uso dessas substâncias, a maioria dos estudos não terá detectado efeitos significativos nos níveis de consumo de drogas resultantes da aplicação de estratégias preventivas. Ao contrário da maioria dos autores, Hanson não inclui quaisquer comentários críticos sobre a metodologia dos estudos que analisou susceptíveis de «clarificar» os resultados obtidos nesses estudos.

No âmbito dos estudos sobre os resultados da avaliação dos efeitos da educação sobre o álcool e/ou drogas, revestirá algum interesse examinar com pormenor os efectuados por Shaps *et al.* (1981) e por Hewitt (1982). Os primeiros (Shaps *et al.*, 1981), porque fornecerão, eventualmente, a revisão mais exaustiva e completa dos estudos de avaliação (publicados inéditos) desenvolvidos entre 1968 e 1977, na área da prevenção do uso de álcool e drogas. Os segundos (Hewitt, 1982), porque, embora procedendo ao mesmo tipo de análise, centram-se, exclusivamente, nos programas de educação relativos ao álcool elaborados a partir de 1977.

O estudo de Shaps *et al.*, conduziu uma avaliação dos resultados referentes à eficácia de cento e vinte e sete programas de prevenção do consumo de drogas. Os estudos incluídos nessa revisão foram seleccionados com base na inclusão de procedimentos de avaliação dos efeitos dos programas de prevenção e na utilização de medidas específicas do consumo de álcool e drogas. Desses programas, c. 80 por cento foram aplicados em escolas secundárias, revelando, além disso, uma tendência para se concentrarem em populações juvenis. Só 18 por cento das intervenções eram dirigidos a crianças de 9-10 anos e somente 6 por cento tinham como «população-alvo» crianças com idades entre os 5 e os 8 anos.

Considerados no seu conjunto, os cento e vinte e sete programas revelaram-se «ligeiramente eficazes em influenciar o uso de drogas e as atitudes» (p. 2). Um estudo focalizado nas dez intervenções melhor concebidas revelou

efeitos positivos em nove e efeitos negativos num programa. Este último terá recorrido a uma estratégia de informação.

Shaps *et al.* descreveram ainda as limitações metodológicas mais salientes associadas a estes programas preventivos. Especificamente, os autores verificaram que 1) só 13 por cento das intervenções incluíam uma avaliação *follow-up*; 2) 86 por cento dirigiram-se a populações «indiferencia-das», não tendo sido efectuada qualquer distinção entre os grupos expostos às intervenções com base em factores como o nível de «risco» ou os níveis de consumo de drogas; 3) só 31 por cento das investigações incluíam um grupo de controlo equivalente ao grupo experimental em virtude de uma selecção aleatória e só 9 por cento incluíam um grupo de controlo não aleatório (quase experimental) isento de «erros» que pudessem comprometer a confiança nos resultados obtidos; 4) 57 por cento dos programas eram de curta duração e, entre estes, um número apreciável consistia em intervenções de uma única sessão; 5) 85 por cento dos cento e vinte e sete programas baseavam-se num único método de medida; 12 por cento utilizaram entrevistas para recolher os dados, e só 9 por cento recorreram a «medidas de arquivo» (e.g., registos escolares sobre problemas relacionados com o uso de drogas).

Registe-se ainda que Shaps *et al.* procuraram analisar os cento e vinte e sete programas em termos da qualidade da sua metodologia de avaliação. Uma classificação dos diversos estudos foi, assim, efectuada tomando como critérios, entre outros aspectos metodológicos, a qualidade dos instrumentos,

as técnicas estatísticas, os planos de investigação (*design*). Esta análise evidenciou uma clara relação negativa entre o rigor colocado na avaliação e a intensidade dos programas. Por exemplo, só 26 dos 127 programas foram considerados como apresentando uma metodologia de avaliação «robusta». Desses vinte e seis, vinte e dois foram classificados na categoria mais «fraca» relativa à intensidade/qualidade do programa. Somente 1 dos 127 foi classificado como «forte», em intensidade e metodologia de avaliação adoptada. A revisão avaliativa da literatura conduzida por Hewitt (1982), examina o impacto dos programas de educação sobre o álcool elaborados entre 1977 e 1980. Hewitt verificou que, em relação aos efeitos dos programas nos níveis de conhecimentos sobre o álcool: 1) foram vários os programas que relataram efeitos positivos (embora alguns não incluíssem um grupo de controlo); 2) e diversos programas não produziram qualquer efeito nos conhecimentos relacionados com o álcool. Verificou ainda que diversos estudos, ou não influenciaram as atitudes em relação ao uso do álcool, ou evidenciaram mesmo efeitos negativos. Enquanto algumas intervenções preventivas produziram modificações favoráveis nas atitudes relativas ao consumo de álcool, uma dessas avaliações, por exemplo, avaliou a mudança nas atitudes com base nas respostas dos sujeitos à questão que consistia em saber se consideravam que as suas atitudes tinham sido positivamente influenciadas em resultado da sua exposição ao programa preventivo! As conclusões de Hewitt em relação aos efeitos dos programas no compor-

tamento de bebida indicaram que 1) poucas intervenções preventivas terão mesmo procurado avaliar os efeitos ao nível do consumo de álcool; 2) no âmbito dos programas que efectuaram uma avaliação do comportamento de bebida, alguns relataram efeitos positivos, enquanto outros referem resultados negativos; no entanto 3) diversas limitações e problemas metodológicos impediriam o estabelecimento de conclusões gerais relativas à eficácia das intervenções preventivas realizadas nesta área. A elaboração dessas conclusões estaria condicionada à realização de outros estudos de avaliação, bem como «ao refinamento e utilização generalizada de métodos de avaliação eficazes» (Hewitt, 1982, p. 251). Nos anos 80 merecem ainda referência os estudos conduzidos por Polich *et al.* (1984), Braucht e Braucht (1984) e Beauchesne (1986).

Ao analisar os efeitos dos programas de prevenção, Polich *et al.* (1984) retomam algumas limitações inerentes aos procedimentos de avaliação das estratégias preventivas já descritas em estudos precedentes. Especificamente, essas limitações incluiriam 1) ausência de medidas destinadas a avaliar os efeitos do programa nos níveis de consumo de drogas; 2) escolha não-aleatória dos sujeitos para as condições experimentais e de controlo; 3) inexistência de dados que indiquem se os índices de consumo de drogas observados após a aplicação do programa eram superiores, inferiores ou idênticos aos registados antes da participação dos sujeitos na intervenção preventiva.

No entanto, a atenção dos autores focaliza-se, igualmente, nos factores que

estarão subjacentes aos resultados positivos evidenciados por diversos programas de prevenção conduzidos, particularmente, na área do uso de tabaco. De facto, um conjunto de estudos realizados neste domínio, a partir de finais dos anos 70, tem relatado, de modo consistente, resultados que apontam para uma clara diminuição da incidência do consumo de tabaco nos adolescentes.

Ao procurar explicar estes resultados, Polich *et al.* centram-se na análise de algumas características ou componentes teóricas essenciais dos programas de prevenção do tabagismo. No entender dos autores, o sucesso evidenciado por estas intervenções estaria na razão directa de uma melhor compreensão de quatro questões básicas: 1) factores que conduzem os adolescentes a uma iniciação ao consumo de tabaco; 2) mecanismos através dos quais se opera uma aprendizagem; 3) métodos utilizados para comunicar eficazmente; 4) e «preocupações» específicas e «idiosincrasias desenvolvimentais» dos adolescentes. Genericamente, a eficácia relatada por esses programas resultaria da importância atribuída aos «percursores ambientais ou sociais do uso de drogas pelo adolescente» (Polich *et al.*, 1984, p. 144). Considerações similares são avançadas por Braucht e Braucht (1984), que discutem os resultados dos estudos de avaliação focalizados, essencialmente, da prevenção de um consumo «problemático» de álcool nos jovens. Ao analisar os resultados da investigação nesta área, os autores reconhecem, todavia, que a questão que consiste em saber se a educação sobre o álcool se tem ou não revelado eficaz é uma ques-

tão demasiado «simplista e inadequada». As razões que levam os autores a assumir esta posição são, posteriormente, explicitadas: 1) a multiplicidade de estratégias preventivas, baseadas em diferentes teorias e aplicadas em contextos socioculturais e períodos históricos diferentes; 2) essas estratégias influenciariam diferencialmente os conhecimentos, as atitudes e os padrões de consumo de álcool e drogas; 3) finalmente, porque certos grupos de jovens, diferenciados em função da idade, nível de desenvolvimento, sexo, características psicossociais e níveis de uso de álcool e drogas, podem reagir diferentemente face a um determinado tipo de programa preventivo.

Embora não minimizando os problemas metodológicos presentes em muitos programas de prevenção relativos ao consumo de álcool e drogas, Braucht e Braucht admitem, todavia, que a avaliação da eficácia desses programas, bem como a sua conceptualização, beneficiaria largamente se se detivesse no «extensivo corpo teórico e de investigação sobre os factores psicossociais» (p. 270) envolvidos no consumo de álcool na adolescência. Os resultados acumulados nesse domínio da investigação revestiriam-se, igualmente, de considerável importância ao fornecer meios baseados numa teoria capaz de diferenciar subclasses entre a população geral, a partir das quais pudesse ser investigada a eficácia diferencial dos programas preventivos.

À semelhança de outros investigadores, Braucht e Braucht preconizam uma avaliação dos efeitos das estratégias preventivas com base em períodos mais longos de tempo, por forma a



que seja possível «seguir o desenvolvimento e/ou deterioração dos efeitos do programa» (p. 272). O preenchimento desta condição imporia, simultaneamente, o recurso a técnicas mais sofisticadas de análise dos dados, tendo em vista uma análise desses dados longitudinais.

As insuficiências metodológicas das investigações avaliativas sobre a eficácia dos programas de prevenção são também exaustivamente analisadas por Beauchesne (1986). Após considerar os resultados de estudos de avaliação conduzidos, particularmente, nos Estados Unidos, Canadá e França, Beauchesne é de opinião que esses dados «convidam a um novo exame da situação existente (...) no domínio do abuso de drogas» (p. 93). Os estudos avaliativos da eficácia dos programas de educação sobre drogas seriam, assim, globalmente caracterizados pela existência de um certo número de problemas conceptuais e metodológicos que resultariam, fundamentalmente, da dificuldade em definir, em termos inequívocos, a situação a prevenir e os resultados que se devem esperar de um determinado programa de prevenção.

Como ilustração das dificuldades relacionadas com uma melhor definição da «situação a prevenir», Beauchesne refere a impossibilidade de recorrer a medidas destinadas a avaliar um consumo abusivo de drogas, já que, actualmente, não se verificaria «um consenso sobre o que constitui uma situação abusiva de consumo» (p. 90). Quando muito, essas medidas poderão avaliar o uso de drogas e também aqui as dificuldades metodológicas seriam significativas, atendendo ao facto de

os instrumentos existentes terem sido construídos sobre bases conceptuais diferentes, precludindo, assim, a possibilidade de efectuar «comparações no tempo e no espaço» (*ibid.*).

Os resultados dos estudos avaliativos ter-se-ão igualmente limitado, segundo Beauchesne, a determinar o impacto das estratégias preventivas nos padrões de consumo de drogas ou nos conhecimentos e atitudes em relação ao seu uso, sem evidenciar a preocupação de identificar as «causas» subjacentes a um determinado padrão de efeitos.

Embora reconheça que as «provas de sucesso são mitigadas» (p. 92), o autor admite que os programas que integram «estratégias múltiplas da intervenção» parecem conduzir a resultados mais eficazes, relativamente aos programas com um modelo único da intervenção. Na sua opinião, os programas de prevenção de «estratégias múltiplas» seriam aqueles que 1) fornecem informações sobre as drogas; 2) têm em conta o desenvolvimento da personalidade do adolescente e o tipo de relação que ele pode estabelecer com uma droga a ponto de tornar-se problemática; 3) consideram os modelos socioculturais de consumo prevalentes no meio.

### 3. *Perspectivas para os anos 90.*

Os anos 90 marcam, de algum modo, uma fase de consolidação e generalização dos procedimentos de avaliação progressivamente mais rigorosos e complexos na área da prevenção do abuso de álcool e drogas. Tal não significa, obviamente, que esta meia década tenha fornecido uma resposta

satisfatória à questão da eficácia das estratégias de prevenção nesta área. Com efeito, alguns estudos realizados neste período revelam uma inconsistência considerável nos resultados das avaliações efectuadas (Bagnall, 1990; Logan, 1991; Health and Welfare Canada, 1992).

Será legítimo, no entanto, considerar o problema de eficácia das estratégias de prevenção numa dupla perspectiva: 1) verificando em que medida as estratégias de prevenção têm produzido modificações positivas em variáveis relacionadas com o uso de drogas ou em variáveis que se presume «mediatizarem» esses comportamentos (*e.g.*, atitudes e conhecimentos sobre drogas e álcool); 2) analisando as diferentes modalidades pelas quais este problema tem sido abordado pelos investigadores nas últimas décadas.

Considerando a primeira questão, diríamos que, de facto, os programas de prevenção têm-se revelado simultaneamente eficazes, não eficazes e conduzindo a efeitos negativos. Se é legítimo afirmar, com alguns autores (*e.g.*, Braucht e Braucht, 1984), que a questão do sucesso/fracasso das estratégias preventivas é demasiado simplista e mesmo falaciosa, não será menos correcto admitir que o mérito desses programas estará na razão directa do tipo de consequências que lhes estão associadas.

Uma rigorosa identificação dos efeitos das intervenções preventivas, em ordem a determinar as suas consequências, potencialmente positivas ou negativas, representa, deste modo, uma preocupação central dos esforços preventivos a desenvolver nesta última década do século.

No entanto, a prevenção do abuso de drogas representa um problema complexo. A centração no modelo conhecimentos-atitudes-comportamento poderá, todavia, revelar-se demasiado restritiva, ignorando a multiplicidade de factores que conduz ao abuso de drogas. Este aspecto remete para a necessidade de considerar, no futuro, a elaboração de abordagens progressivamente mais integradoras e compreensivas (Felner, 1991).

Outro aspecto importante, que parece deduzir-se da análise dos estudos avaliativos sobre a eficácia dos programas de prevenção, refere-se, justamente, à necessidade de, tendo em atenção a extensão das investigações realizadas, retirar conclusões válidas acerca dos seus resultados, frequentemente contraditórios e, portanto, inconclusivos. De facto, a questão que actualmente se coloca não será tanto a de determinar se os programas de prevenção são ou não eficazes, mas de considerar modalidades específicas de intervenções preventivas, tipos de efeitos que produzem, em função das características das populações a que se dirigem.

Uma análise do modo como a questão da avaliação da eficácia dos programas de prevenção tem sido abordada no decurso das últimas décadas configura, ainda, uma tendência fundamental. Com efeito, as investigações realizadas no decurso dos anos 70 e 80 procuram identificar diversas limitações metodológicas presentes nos estudos de avaliação da eficácia dos programas de prevenção. Embora se atribua uma importância central aos efeitos resultantes da aplicação desses programas, o foco da atenção dirige-se, todavia, para a descrição e análise de diferentes pro-

blemas de cariz metodológico. A superação desses problemas metodológicos é vista como condição imprescindível para a afirmação de uma posição «definitiva» sobre a eficácia dos programas preventivos.

Os anos 90, embora não minimizando as questões metodológicas, terão igualmente de privilegiar um tipo de análise que procure relacionar os resultados dos programas preventivos com o grau de elaboração teórica e pressupostos conceptuais subjacentes às abordagens preventivas. Os efeitos das intervenções terão de ser assim avaliados, tomando como critério a referência a uma teoria ou quadro conceptual explicativo da iniciação ao uso de álcool e drogas.

Por último, uma certa hegemonia do modelo experimental ou do paradigma empírico (Lecomte, 1982) de avaliação que se observa neste domínio, terá necessariamente que evoluir para uma combinação e conjugação de métodos quantitativos, baseados na verificação e no raciocínio demonstrativo, e de métodos qualitativos, centrados na exploração de diversas hipóteses sugeridas quer do investigador quer dos participantes num dado programa.

#### Referências.

- Bagnall, G. (1990), «Alcohol education for 13 year olds-does it work?», in *British Journal of Addiction*, 85: 89-96.
- Barresi, C. M., e Gigliotti, R. J. (1975), «Are drug education programs effective?», in *Journal of Drug Education*, 5: 301-16.
- Beauchesne, L. (1986), *L'abus des drogues: Les programmes de prévention chez les jeunes*, Presses de L'Université du Québec, Canada.
- Berberian, R. M.; Gross, C.; Lovejoy, J., e Paparella, S. (1976), «The effectiveness of drug education programs: A critical review», in *Health Education Monographs*, 4: 377-98.
- Braucht, G. N., e Braucht, B. (1984), «Prevention of problem drinking among youth: Evaluation of educational strategies», in: P. Miller, e T. Nirenberg (eds.), *Prevention of Alcohol Abuse*, Plenum Press, Nova Iorque, pp. 253-79.
- Bry, B. H. (1978), «Research design in drug abuse prevention: Review and recommendations», in *The International Journal of the Addictions*, 13: 1157-168.
- Evans, R. I.; Henderson, A. H.; Hill, P. C., e Raines, B. E. (1979), «Current psychological, social and educational programs in control and prevention of smoking: A critical methodological review», in A. M. Gotto, e R. Paolletti (eds.), *Artherosclerosis Reviews*, 6: 203-45.
- Felner, R. D., Silverman, M., e Adix, R. (1991), «Prevention of substance abuse and related disorders in childhood and adolescence: A developmentally based, comprehensive ecological approach», in *Family and Community Health*, 14: 12-22.
- Fejer, D., e Smart, R. (1973), «The knowledge about drugs, attitudes toward them and drug use rates of high school students», in *Journal of Drug Education*, 3: 377-88.
- Goodstadt, M. S. (1974), «Myths and methodology in drug education: A critical review of the research evidence», in: M. Goodstadt (ed.), *Research on Methods and Programs of Drug Education*, Alco-

- holism and Drug Addiction Research Foundation of Ontario, Toronto.
- Goodstadt, M. S. (1980), «Drug education: A turn on or a turn off?», in *Journal of Drug Education*, 10: 89-99.
- Hansen, D. J. (1980), «Drug education: Does it work?», in F. Scarpitti, e S. Dantesman (eds.), *Drugs and the Youth Culture*, Sage Publications, Beverly Hills.
- Health and Welfare Canada* (1992), «The Effectiveness of Prevention and Treatment programs for Alcohol and other Drugs Problems: A Review of Evaluation Studies».
- Hewitt, L. E. (1982), «Current status of alcohol education programs for youth», in NIAAA, *Special Population Issues. Alcohol and Health Monograph*, nº 4, Md: The Institute, Rockville.
- Kandel, D. B. (1974), «Interpersonal influences on adolescent illegal drug use», in E. Josephson, e E. Carrol (eds.), *Drug Use: Epidemiological and sociological approaches*, Hemisphere Publications, Washington, D.C.
- (1980), «Drug and drinking behavior among youth», in J. Coleman, A. Inkeles, e N. Smelser (eds.), *Annual Review of Sociology*, 6: Palo Alto, CA: Annual Reviews, Inc.
- Kinder, B. N., Pape, N. E., e Walfish, S. (1980), «Drug and alcohol education programs: A review of outcome studies», in *The International Journal of the Addictions*, 15: 1035-54.
- Lecomte, R. (1982), *Les paradigmes méthodologiques de la recherche évaluative: leurs fondements et leurs répercussions*, Les Presses de L'Université Laval, Québec.
- Logan, B. N. (1991), «Adolescent substance abuse prevention: An overview of the literature», in *Family and Community Health*, 13: 25-36.
- Morgan, H. G., e Hayward, A. (1976), «The effects of drug talks to school children», in *British Journal of Addictions*, 71, 285-88.
- Negreiros-Carvalho, J. (1991), *Prevenção do Abuso do Álcool e Drogas nos Jovens*, INIC, Lisboa.
- Polich, J. M.; Ellickson, P. L.; Reuter, P., e Kaham, J. P. (1984), «Prevention of drug use», in R. Frank, e S. K. Dantesman (eds.), *Strategies for Controlling Adolescent Drug Use*, Rand Corporation, Santa Monica.
- Shaps, E.; DiBartolo, R.; Moskowitz, J.; Palley, C. S., e Churgin, S. (1981), «A review of 127 drug abuse prevention program evaluations», in *Journal of Drug Issues*, 11: 17-43.
- Stuart, R. (1974), «Teaching facts about drugs: Pushing or preventing?», in *Journal of Educational Psychology*, 66: 189-201.
- Wepner, S. F. (1979), «Which way drug education?», in *Journal of Drug Education*, 9: 93-103.

Abstract. - This article reviews some of the most significant developments in the area of drug prevention evaluative research during the past three decades. It is stressed that this field has witnessed a growing sophistication, expressed in a body of methodological procedures to evaluate alcohol and drug abuse prevention programmes. Some perspectives concerning the future of evaluative research for the 90's, namely, the need to articulate the evaluation procedures with a theory of drug use initiation and combining qualitative as well as quantitative data, are finally discussed.